

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A HISTÓRIA DO
ENSINO DAS LÍNGUAS E LITERATURAS ESTRANGEIRAS

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO



Dos Autores de Manuais aos Métodos de Ensino das Línguas e Literaturas Estrangeiras em Portugal (1800-1910)

Luís Alberto Marques Alves
Ausenda Babo
Luzia Blard
Maria Hermínia Amado Laurel
Daniel Coste
Sónia Duarte
Juan F. García Bascuñana
Monica Lupetti
Fernando Carmino Marques
Fátima Outeirinho
Alicia Piquer Desvaux
Rogelio Ponce de León Romeo
Maria José Salema

ORGANIZAÇÃO:

Sónia Duarte
Fátima Outeirinho
Rogelio Ponce de León

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Dos Autores de Manuais aos Métodos de Ensino das Línguas e Literaturas Estrangeiras em Portugal (1800-1910)

ORGANIZADORES

Sónia Duarte, Fátima Outeirinho, Rogelio Ponce de León

EDITOR

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

LOCAL

Porto

ANO DE EDIÇÃO 2014

CAPA José Osswald

CONCEPÇÃO GRÁFICA Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

ISBN 978-989-8648-32-7

DEPÓSITO LEGAL 383201/14

TIRAGEM 150 exemplares

O ensino das línguas estrangeiras em Portugal, do século XVIII ao início do século XX, através da análise de anúncios publicitários em jornais da época

MARIA AUSENDA BABO
Instituto Politécnico do Porto

A publicidade é das formas de comunicação mais presentes nas nossas vidas. Está colada aos nossos olhos, ouvidos, dedos [...] Mexe com milhões de corações, milhões de euros. Faz girar a economia. Altera gostos.
CINTRA TORRES (2006:21)

1. O ensino das línguas estrangeiras na publicidade

Esta comunicação utiliza a publicidade como fonte de investigação para a História da Educação, em particular para a história do ensino das Línguas Vivas Estrangeiras (LVE) em Portugal. Na realidade, na época que nos interessou, os anúncios revelaram-se como uma das fontes de informação mais ricas sobre o quotidiano no nosso país, nomeadamente no domínio da instrução e das instituições educativas. Constituem eles ferramentas de estudo privilegiadas, já que era sobretudo por meio deles que pessoas e instituições apresentavam à comunidade os serviços oferecidos e pretendidos. Procedemos a uma investigação qualitativa de tipo documental, assumindo como metodologia uma abordagem sócio-histórica, assente na pesquisa em jornais da época de anúncios sobre educação, com o fito de recolhermos informações sobre os agentes e as actividades relacionadas com o ensino das línguas vivas nesse período, bem como sobre as concepções gerais do processo educativo então vigentes. No corpus de anúncios sobre o ensino das LVE que estudámos, interessámo-nos particularmente por alguns parâmetros: língua ou línguas ensinadas, espaços educativos e modalidades de ensino, nacionalidade e habilitações do mestre/mestra, exigências de conduta e de disponibilidade, ensino a crianças (meninos e meninas) e a adultos e ainda pelas metodologias utilizadas.

Os anúncios consultados e os conteúdos por eles veiculados devem, nesta comunicação, ser encarados menos como reclamos do que como testemunhos, pois constituem elementos preciosos para o conhecimento da sociedade de uma dada época, informando-nos sobre um conjunto de crenças, práticas e comportamentos manifestados no quotidiano de um dado período. É possível, através da publicidade, testemunhar a evolução da organização da educação

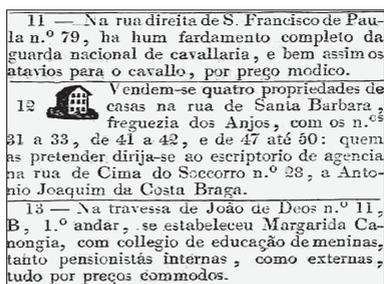


Fig. 1

das crianças, nomeadamente a passagem do ensino individual e doméstico para o ensino simultâneo e coletivo, com as inerentes alterações no âmbito metodológico.

Atente-se no curto excerto de seguida apresentado, do jornal *Grátis* (1836) e no teor variado dos anúncios nele publicados: venda de fardas e de arreios para animais, venda de casas, ensino num colégio particular para meninas.

1.1. Análise formal dos “pequenos anúncios”

Nos anúncios que integram o corpus específico da nossa análise (o ensino da LVE), o elemento fundamental, em que prevalece a função informativa, é claramente o texto. E mesmo este é muito rudimentar e quase sempre breve, embora haja exceções. Os adornos gráficos são poucos ou nenhuns. Só lentamente se vão introduzindo desenhos de dimensões reduzidas para apresentar o produto (veja-se a pequena casa do anúncio 12 da Fig.1) e bastante mais tarde é que chegará a vez dos efeitos tipográficos. Estes anúncios faziam uso de uma linguagem simples, sem artificios, que primava pela informação objetiva. O seu propósito era apenas a proclamação dos produtos ou serviços existentes. A adjetivação era escassa, e surgia como um juízo de valor atribuído pelo anunciante ao objeto ou serviço anunciado. Ex: “o preço é commodo” ou “módico”, “o método é fácil”. O tratamento dado pelo emissor a si mesmo ou ao destinatário da mensagem é feito de uma forma impessoal: os anúncios solicitam: “uma senhora”, “um senhor”, “quem ensine”, “uma pessoa”, “um sujeito”, “um individuo”, “quem o pretender dirija-se a...”.

Os “avisos” analisados parecem seguir os preceitos preconizados pelo publicista francês Emile de Girardin (1806-1881), que conseguiu baixar para metade o preço dos jornais de que era director (*Journal des Connaissances Utiles* e sobretudo o diário *La Presse*, por ele lançado em 1 de Julho de 1836), graças à introdução em força da publicidade. Esta devia reduzir-se a dar as seguintes informações: “em tal rua, número tantos, vende-se tal coisa a tal preço”. Qualquer comentário a mais seria supérfluo ou até mesmo prejudicial, porque suscetível de provocar desconfiança. Estava este publicista bem longe de prever os artificios a que, cerca de cem anos depois, se recorreria para tornar os anúncios atrativos.

As fontes de que nos servimos foram, para além da *Gazeta de Lisboa* (1715, 1716, 1717, 1718), outros anúncios publicados em jornais portugueses quase exclusivamente dedicados à publicidade (sobretudo de meados do século

XIX), como *O Periódico dos Anuncios* (Porto, 1827), *O Jornal dos Anuncios* (Lisboa, 1835), e ainda de 1835, *A Folha de Anuncios* (Porto). Um ano depois surge *O Grátis*, com tiragem de 2000 exemplares, distribuído gratuitamente em espaços públicos como botequins, ruas e teatros. *O Anunciador Portuense* data de 1839, *O Periódico dos Pobres* publica-se em Lisboa em 1841 e, no mesmo ano, surgem *O Periódico dos Pobres* no Porto e *O Gratuito – Jornal de Anuncios* da Typographia Commercial Portuense.

1.2. “Avisos”, “offerecimentos” e “peditórios”

“Aviso” era a designação inicial dada aos anúncios publicitários. Conforme o “aviso” era colocado por quem procurava ocupação, objetos ou prestação de serviços, ou por quem os buscava, tínhamos respetivamente os “offerecimentos” e os “peditórios”. Assim, no âmbito do ensino das LVE, temos um exemplo dos primeiros, publicado no jornal *O Periódico dos Pobres*, de 6 de Maio de 1841: “Huma familia ingleza residente na baixa de Lisboa, ensina o idioma inglez e portuguez, ler, escrever, contar, geografia, musica e, tudo por preço modico; na loja deste jornal se diz aonde he”. No *Grátis – Jornal de Anuncios e do Commercio*, de 5 de Março de 1841 deparámos com um exemplo dos segundos: “No largo do Passeo nas casas verdes nº 6, precisa-se de um professor de Latim, e que saiba Francez para dar uma lição diaria de manhã”.

Desde meados do século XVIII e sobretudo a partir das primeiras décadas do século XIX, a forma mais comum para contratação de preceptores e de professores particulares era a colocação de anúncios em jornais, nos quais eram solicitados/oferecidos os serviços de mestres para a educação doméstica. Em breve, os colégios particulares lhes seguiram o exemplo. O processo era bastante improvisado, já que se tratava, principalmente no início, de estrangeiros cujo mérito, talvez único, era o de falarem com correção e fluência a sua língua nativa. Com frequência, um mesmo professor lecionava aulas particulares em casa dos alunos, na sua própria residência e ainda noutros estabelecimentos. Tais mestres eram muitas vezes polivalentes (seriam competentes?): ensinavam várias línguas modernas, mas também latim, primeiras letras, história, geografia, filosofia, aritmética, princípios elementares de música, um instrumento musical e até “escripturação commercial”.

1.3. A Gazeta de Lisboa e o “aviso” de Ville Neuve, o primeiro “aviso” publicitário português

Embora tenhamos recuado em algumas décadas o limite temporal estabelecido para os trabalhos do presente volume (1800-1910), cremos que tal nos será perdoado, por se tratar do primeiro anúncio publicitário publicado na

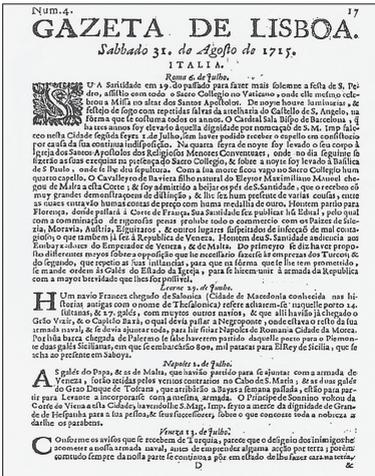


Fig. 2

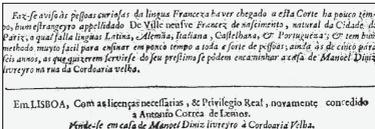


Fig. 3

1.4. Os espaços educativos e as modalidades de ensino

No mesmo periódico, a *Gazeta de Lisboa*, e no mesmo período em que o “aviso” de Ville Neuve inaugura a publicidade impressa em Portugal, outros “oferecimentos” de ensino de língua francesa foram surgindo, todos eles por parte de estrangeiros que se instalavam no nosso país. Nessa época, após o apagamento de importância do latim, despertou em força o interesse pelas LVE. Para o seu ensino, eram necessários nativos que, no começo, por dominarem essas línguas seriam as pessoas consideradas mais habilitadas para o efeito. Cerca de um ano depois do “aviso” de Monsieur de Ville Neuve, outros franceses o imitaram, como se vê pelo “oferecimento” seguinte, publicado na mesma *Gazeta de Lisboa*, a 24 de Outubro de 1716:

Nesta Corte se acha hum Mestre de lingua Franceza, por nome Lelang, natural da cidade de Pariz, e morador na rua de João Bras ao poço novo, que ensina a fallar, ler e escrever a toda a pessoa curiosa, e com toda a pefeyção em seis mezes; vai pelas casas a ensinar a composição e abre uma aula publica em sua casa, pelo principio do mez de Novembro, das sete horas da manhã até às nove, a duas patacas cada discipulo.

imprensa portuguesa (1715) e, porque, curiosamente, ele se refere ao ensino das línguas estrangeiras, e mais exactamente ao da francesa, permitindo-nos ir procedendo a uma análise sobre as principais formas que revestia o ensino das línguas no nosso país no século XVIII e sobretudo no XIX. A publicidade específica sobre a aprendizagem da línguas estrangeiras surge em jornais portugueses, pelo menos desde essa data. José Tengarrinha, na sua *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1989: 201) dá-nos conta do referido primeiro “aviso”, publicado no primeiro jornal português a inserir publicidade, a *Gazeta de Lisboa*:

A 31 de Agosto de 1715 foi publicado o “aviso” abaixo transcrito, que, como sublinhámos, se refere ao ensino de línguas estrangeiras no nosso país.

No mesmo jornal e no mesmo ano de 1716, a 28 de Novembro, lê-se um outro “aviso”, que supomos colocado pelo mesmo professor, tendo havido confusão gráfica entre os nomes “Lelang” e “L’ Etang”, já que a morada o período de aprendizagem e o preço coincidem:

Monsieur L’ Etang, Mestre de língua Franceza, morador na rua de João Bras, tem aberto a Aula publica e dà lição todas as manhãas desde as sete horas até nove, obrigando-se a ensinar a ler, escrever e fallar dentro de seis mezes, por hum modo particular, que ele inventou, levando pelo seu trabalho duas patacas por mez a cada pessoa das que concorrerem à sua Aula e às que quizerem aprender em suas próprias casas, se ajustarão particularmente.

A força dos apelos publicitários cresce proporcionalmente à repetição das inserções: contentar-se com um único anúncio é correr risco de insucesso.

O já citado Monsieur de Ville Neuve pareceu compreendê-lo. Assim, na *Gazeta de Lisboa*, a 16 de Maio de 1716 publica novo “aviso”, dado que as suas aulas não puderam começar na data prevista, pelo facto de não terem comparecido todos os alunos:

Mons. De Villeneuf avisa aos curiosos da língua Franceza, que a 3 do mez de Junho abre a sua Aula publica na rua dos Condes, que se havia echado por não começarem todos juntos, hade ser das oyto horas até as dez da manhã; sendo o numero de vinte pessoas, serà o preço de duas patacas por mez e sendo menos pessoas, a meya moeda por mez.

E a 5 de Dezembro do mesmo ano:

Mons. De Ville Neuf, mestre de língua Franceza, morador na rua dos Condes, bem conhecido nesta Corte, que tem methodo facil para ensinar em quatro mezes, como se tem manifestado nas precedentes, faz aviso aos curiosos da dita língua que a 15 do presente mez abrirà huma Aula publica em casa de Caetano de Mello na rua de [...] e que devem começar todos no mesmo dia das seis horas da tarde ate as oyto; o preço meya moeda de ouro por mez cada pessoa.

E a 29 de Junho de 1717, no mesmo periódico, dá de novo notícias suas:

Mons.de Villeneuf, mestre da língua Franceza, que tem methodo fácil para ensinar em breve tempo, como já se tem referido nas precedentes, avisa os curiosos da dita língua haver mudado para a Cotovia, para casa de João Pedro Soares, onde o acharão todos os Domingos e dias de festa ate às dez horas da manhã.

E como quem não aparece esquece, a 14 de Abril de 1718, volta a manifestar-se, tendo até alargado a sua clientela:

Faz outra vez aviso aos curiosos Mos. De Villa nova mestre de língua Franceza, bem conhecido nesta Corte, que em dois do mez de Mayo abre duas aulas nas casas em que vive na rua dos Condes, huma das 7 até às 8 horas da manhã, a outra das 6 até às 7 da tarde. Quem se quizer aproveitar do seu prestimo

póde fallarlhe alguns dias antes ou em dias Santos ou nas ditas horas. O preço he duas patacas por mez.

Os textos dos anúncios analisados mostram que muitas das “escolas” alugavam espaços onde pudessem desenvolver-se atividades de ensino, quando estas não eram levadas a cabo nas casas onde habitavam os docentes. Ex: M. de Ville Neuve avisa que “abrirà huma Aula publica em casa de Caetano de Mello, na rua de...”, “haver mudado para a Cotovia, para casa de João Pedro Soares...”, “abre duas aulas nas casas em que vive na rua dos Condes”. As atividades letivas desenrolavam-se igualmente nas residências das famílias que haviam contratado preceptores ou mestres de casa: “Na rua dos Romulares, nº 11, 3º andar, estabeleceu-se huma aula na qual se ensinão as línguas franceza e ingleza e as primeiras letras. O director é francez, e dá também lições das ditas línguas por casas particulares”.

2. Língua ou línguas ensinadas: o declínio do latim e o advento das LVE

Durante o século XVIII, dá-se a emergência de uma pressão social e económica que se repercute no “apagamento” do interesse pelas línguas clássicas e no incremento do conhecimento (que se pretendia prático) das línguas modernas. O recuo do latim, passado à categoria de língua morta, ensinado ainda, mas ao qual caberia sobretudo, como escreve Claude Germain (1993: 60) uma finalidade de “ginástica intelectual”, desprovida de finalidades comunicativas, mas necessária à formação do espírito. Este novo estatuto vai provocar uma alteração de paradigma: os objectivos escolares modificam-se, há uma orientação para as finalidades menos teóricas e os professores de LVE, eram, como já referimos, escolhidos em primeiro lugar pela sua qualidade de falantes nativos independentemente das suas capacidades pedagógicas. Como assegura Puren: “Le recrutement initial de ces premiers maîtres de langues (LVE) fut entièrement improvisé et leur niveau moyen de compétence laissait fortement à désirer” (1989: 53).

2.1. Ensino individual e ensino colectivo, ensino doméstico, ensino público, ensino simultâneo

O conteúdo do primeiro “aviso” publicitário publicado em periódicos portugueses não permite concluir sem ambiguidades de que modo o ensino seria ministrado: poderia tratar-se de um modo de ensino individual/doméstico, em que o professor ministrava individualmente o ensino à/às crianças, que, uma após outra, recebiam a “lição de ler, escrever e contar” ou de outra matéria, nas respectivas casas. Contudo, a sequência dos “avisos” colocados pelo

cavaleiro de Ville Neuve, na Gazeta de Lisboa, em que o início das aulas vai sendo sucessivamente adiado, porque era necessário que “os curiosos da dita língua (o francês) não-de começar todos no mesmo dia”, remete-nos para um ensino não doméstico, já que tinha lugar na habitação do professor ou em casa alugada, ministrado a pequenos grupos de alunos com idêntico nível de conhecimentos, e que poderemos designar como ensino coletivo e simultâneo, em que o mestre ministrava pessoalmente e ao mesmo tempo o ensino a todos os discípulos de cada grupo.



Fig. 4. O preceptor e o aluno – Ilustração do *Orbis Pictus* de Comenius

A educação doméstica é uma modalidade de ensino difundida entre as classes abastadas, tomando como modelo a educação de príncipes e nobres. Estende-se ao longo de alguns séculos, sobretudo do século XVI até ao século XIX, mantendo-se fiel às características, iniciais, embora os contextos sofressem modificações. Era realizada, mediante retribuição, por preceptores que residiam na casa dos seus educandos, acompanhando-os não só nas lições diárias, mas também, em atividades quotidianas, como cerimónias religiosas, passeios e outras visitas.

Existiam ainda os chamados professores particulares (correntemente designados como os “mestres das casas”), que visitavam os domicílios dos seus alunos, semanalmente, com dia e hora estabelecidos, ministrando aulas de primeiras letras ou de disciplinas específicas, como era o caso das línguas estrangeiras. Nesta modalidade de educação não institucionalizada, de instrução doméstica das crianças e jovens por preceptores ou mestres, os pais abastados pretendiam ver espelhar-se nos seus filhos do sexo masculino o ideal do “honnête homme”, respeitável e respeitador, cortês e ilustrado.

2.2. Metodologias

Apesar da nova conceção mais utilitária do ensino das LVE, de início as metodologias de ensino não souberam ou não puderam afastar-se das do ensino das humanidades clássicas, de vocação menos pragmática. Daí que, com exceção dos casos de imersão social (preceptorado, professores e/ou escolas estrangeiras), nos quais o “método natural” se impunha, graças ao contexto de interação quase constante entre professores estrangeiros e alunos, não é de admirar que, em meio a que chamaremos escolar, tenha prevalecido uma metodologia decalcada da do ensino das línguas mortas (sobretudo do latim),

que era a única de que os mestres nacionais tinham conhecimento, já que nela tinham sido formados e que tendiam a reproduzir, de acordo com o princípio do isomorfismo (ensinar segundo os moldes em que se aprendeu). Assim, se compreende que, durante largo tempo se tivesse mantido a valorização da dimensão escrita da LVE, sobretudo através do contacto com excertos de obras de autores consagrados, o menosprezo pela língua coloquial, a valorização das dimensões culturais e literárias para a formação do “bom gosto” dos jovens, a gramática explícita e normativa, o contacto entre a língua materna e a língua estrangeira através da prática de exercícios de tradução e de retroversão, isto é, de todos os ingredientes do que constituem aquilo que designamos vulgarmente por “método tradicional” ou “método de gramática-tradução”.

Coexistiam, portanto, as duas vertentes metodológicas, ligadas a contextos diversos de ensino-aprendizagem, mas a situação foi-se alterando, sobretudo no decurso do século XIX, por várias razões, entre as quais a necessidade crescente no comércio e noutros ramos da vida económica, de pessoas que utilizassem com fluência as línguas estrangeiras. A acrescer a esta razão, avulta a melhoria do domínio linguístico dos professores nacionais relativamente às línguas estrangeiras (mesmo que a opção por professores nativos tendesse a permanecer até meados do século XIX) e o contacto com metodologias mais atualizadas, que foram conduzindo ao “método direto”, o qual preconizava a recusa de processos indirectos de acesso ao sentido na LVE e advogava a prática não apenas da língua escrita, mas prioritariamente da língua falada. Maria José Salema (1995) faz notar que, desde finais do século XIX, em alguns manuais e instituições, se manifestava já uma tendência pragmática para o emprego das LVE, a sobrepor-se às finalidades exclusivamente culturais e literárias.

3. O Francês. Evolução das representações sobre esta língua: de “adorno e gala”, “revolução, liberdade e fraternidade” a “rejeição e hostilidade”

Dos “avisos” analisados ressalta o interesse da sociedade portuguesa pelos costumes e pela língua francesa, nos séculos XVIII e XIX, embora não fosse a única a ser alvo de solicitação. O italiano, o inglês, o alemão, o castelhano e até o latim são também objeto de “oferecimentos”. A cultura e a língua francesa eram então altamente prestigiadas e desempenhavam papel de grande relevo na sociedade portuguesa, como marcas de cosmopolitismo, de sofisticação e de modernidade. O nacionalismo estrito fora banido, como inimigo da abertura cultural. De exageros daí decorrentes, nos dão conta alguns homens de letras (Nicolau Tolentino, António Diniz da Cruz e Silva, Abade de Jazente), que criticaram o uso e o abuso dos francesismos nos costumes, nas modas e no linguajar da época.

A esta fase que designamos como “de adorno e gala” seguiram-se anos em que é notória uma atitude ferozmente antigalicista na sociedade portuguesa (fins do século XVIII e início do século XIX), correspondendo ao período da Revolução Francesa (sobre os ideais libertários e igualitários da qual, aliás, as opiniões divergiam) e sobretudo das Invasões Francesas (1807-1810) e mesmo depois, o que é natural, já que o sentimento dos Portugueses em relação a Napoleão, aos seus generais, aos soldados franceses e, mais alargadamente, ao povo e à língua francesa, havia mudado radicalmente, perante os roubos e massacres cometidos pelos invasores. Os membros da colónia francesa no nosso país e os portugueses tidos como afrancesados foram objeto de perseguições, ataques e, nalguns casos, de execuções sumárias, tendo muitos deles de se esconder ou exilar. Por detestar os invasores, o povo português, movido por excesso de zelo patriótico ou por cegueira populista, vingou-se dos que lhe pareciam omissos na sua obrigação de defender a nação. Verificou-se portanto nos jornais uma interrupção dos “avisos” relativos ao ensino da língua francesa. Neste contexto de hostilidade para com a França, aprender francês era mal visto. Manifestou-se portanto uma politização da língua francesa, politização essa de sinal negativo. Daí que os professores se retirassem e que as aulas deixassem de funcionar. Contudo, o ódio não foi de longa duração, já que, a partir de finais dos anos 30 e início dos anos 40 do século XIX, se verificou uma recomposição da imagem do francês: os jornais voltaram a publicar “oferecimentos” e “peditórios”, referentes ao ensino da citada língua, primeiro de forma tímida, mas posteriormente de modo mais vigoroso, embora outras línguas, como o alemão, o inglês e o espanhol passassem a ser mais requisitadas e oferecidas.

4. Os professores

4.1. Nacionalidade e habilitações do mestre/mestra

É evidente que a opção por uma ou outra das modalidades de ensino (doméstico ou colectivo) tinha a ver com a capacidade económica e com a categoria social dos alunos e das suas famílias. Outro sintoma de pertença a um mais elevado status social era a contratação de preceptores estrangeiros (sobretudo ingleses, alemães, franceses ou suíços), os preferidos pelas elites, como se o simples facto de ser estrangeiro ou ter vivido em países europeus fosse condição suficiente para se tornar um bom pedagogo. De salientar que aqui se abre um campo de actuação privilegiado para mulheres estrangeiras ou mesmo portuguesas que acabassem de chegar da Europa, disputando com os homens as possibilidades de actuação como preceptoras e professoras.

particulares nas casas abastadas. Quanto à nacionalidade das preceptoras, os anúncios deixam entrever que parecia não ser fator muito importante o conhecimento do respetivo país de origem, pois a condição de estrangeira já era suficiente, como se pode ler em diversos anúncios, solicitando ou oferecendo os serviços de “uma senhora estrangeira, com habilitações dispendo ainda de algumas horas”, “uma senhora estrangeira recentemente chegada da Europa”, “uma senhora estrangeira com muita prática para ensinar”.

Era óbvio que as candidatas a essas funções deveriam possuir um leque variado de conhecimentos e capacidades, a fim de satisfazerem as aspirações de educação das elites. Saliente-se que, no caso do ensino a meninas de famílias abastadas, era comum a contratação de preceptoras, já que aquelas não se deslocavam a casa das professoras, mas eram estas que, como preceptoras ou mestras de casa, viviam ou visitavam as suas alunas para lhes ministrarem os ensinamentos que, pelos pais eram considerados como os mais adequados à educação das suas filhas, cabendo-lhes a difícil tarefa de desenvolver, em privado nas alunas, os requisitos necessários às mulheres, no estatuto da esfera pública. Para além das línguas estrangeiras, com prioridade para o francês, ocupavam-se do ensino das boas maneiras e das “prendas femininas”: saber tocar um instrumento musical, dançar, executar trabalhos de agulha, tal como se fazia em países estrangeiros, preparando assim as jovens para a vida em sociedade, e “assegurando-lhes uma posição estável no casamento”, já que era factor de ponderação na escolha das esposas, o facto de ter uma companheira detentora de certo nível cultural, que fosse igualmente uma “boa gestora da casa” e uma boa mãe, apta a criar seus filhos e até mesmo a educá-los, se esse fosse o seu desejo ou se as circunstâncias a isso a obrigassem (ARAÚJO, 2000: 157).

De um modo geral, era princípio aceite que as mulheres deveriam educar as raparigas e os rapazes deveriam ser educados por homens, “porque o exigem as leis da natureza, porque o exigem certas afinidades de sexo, digamo-lo assim, em virtude das quais o ente que em sua maneira geral de sentir, de conhecer e de querer, mais conforma com outro, a este melhor transmite suas ideias e doutrinas, melhor o instrui e o educa”. (1875: 138).

5. Exigências de boa conduta e de disponibilidade.

É óbvio que apenas as mulheres que tivessem recebido um certo tipo de educação apurada é que podiam candidatar-se a exercer a função de preceptora, pois lhes eram exigidos inúmeros e variados requisitos, a nível de conhecimentos e condutas. Mais do que isso, esta modalidade de emprego feminino é bastante significativa, sendo uma das poucas ocupações aceites

e admitidas para aquelas que não tinham quem provesse o seu sustento e que precisavam de um trabalho fora de suas casas. Segundo Araújo, a precetora é “tipicamente uma mulher solteira, viúva”, ou até casada, “vinda da classe média empobrecida, alguém que é confrontada com dificuldades económicas, em contraste com as condições materiais de que usufruiu na infância” (2000: 123). Com frequência, eram pedidos os serviços de senhoras com disponibilidade para ensinar na província, como consta do seguinte “peditório”, publicado em *O Periódico dos Pobres*, nº 97, de Abril de 1841:

Preciza-se de uma senhora ingleza ou franceza para cuidar da educação de uma menina de nove annos, em huma das melhores cidades deste reino: quem estiver nas circunstancias de preencher tal obrigação queira deixar seu nome e morada na rua Augusta, loja nº 173, para se hir procurar , a fim de se tratar do ajuste.

E no mesmo jornal, nº 63, de 16 de Março de 1841 um curioso anúncio que retrata o consabido estereótipo das “prendas” culturais de que as jovens do nosso país deveriam ser detentoras. Trata-se de saber “tocar piano e falar francês”:

Precisa-se de huma senhora, livre de familia, e que exceda de 40 anos; que além de sua boa e reconhecida conducta, saiba ler, escrever e contar, que saiba francez, bem como tocar piano, para o fim de educar quatro meninas de menor idade, sujeitando-se para este fim a residir na cidade de Coimbra, onde se lhe fará o partido conveniente. Quem estiver nestas circunstancias, procure no Rocio, loja nº 63, onde se deve tractar deste negocio.

Um outro anúncio que reforça o anterior: “No Escritorio do Gratis, precisa-se de uma Senhora, que esteja nas circunstancias de se encarregar de educar duas meninas; para o indicado fim, prefere-se aquella que souber tocar Pianno e falar Francez (*Grátis* de 4 de Março de 1841). Ou ainda, a um nível menos ambicioso, o seguinte “aviso”:

Se alguma Senhora de meia idade se quizer propor acabar de aperfeiçoar uma menina em cozer, fazer meia, bordar, ler e escrever, isto em casa do pai da mesma; falle em Miragaia, nº 152 para tratar de ajuste (*O Periódico dos Pobres* no Porto, 9 de Julho de 1841).

Para lá da disponibilidade familiar (preferentemente ser viúvo ou solteiro) e da idade não demasiado jovem, entre os predicados exigidos pelas famílias aos que se encarregariam da educação dos seus filhos, ao contrário da nacionalidade, que nem sempre era definida com exatidão, era, nessa época, requerido um comportamento sem mácula. Com frequência, eram solicitadas abonações relativas à condição moral e social do/da pretendente ao cargo de precetor/a ou de mestre/mestra, como que “dê abono de sua capacidade

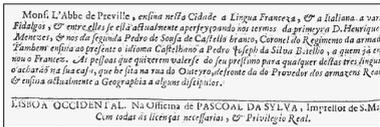


Fig. 5

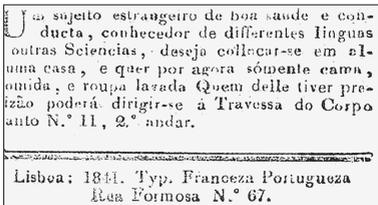


Fig. 6

conduta, que esteja habilitado para ensinar”, “senhora estrangeira capaz”, ou “em estado de ensinar”. Por vezes, os próprios candidatos apresentam ao público leitor o seu currículo que entendem prestigiante, sobretudo se faz menção a alunos pertencentes à elite social (*Gazeta de Lisboa*, 25 de Fevereiro de 1717):

Um outro aviso, com referência a recomendações da boa conduta do mestre, publicado em *O Periódico dos Pobres* (nº 105, de 6 de Maio de 1841):

Augusto Calas, de nação franceza, bem conhecido de muitas pessoas respeitaveis desta capital, que abonão seu caráter e moralidade; propõe-se ensinar língua franceza por princípios, e igualmente a escripturação commercial por partidas dobradas. Quem pretender utilizar-se de seu prestimo, dirija-se ao escriptorio da Companhia de Fructas Lisbonense, rua do Alecrim, nº 17, aonde se darão ultteriores esclarecimentos.

Num outro anúncio, publicado no Grátis, em 1841, um anónimo (“sujeito”) estrangeiro (sem indicação de nacionalidade) refere como abonatórias as suas boas condições físicas, a sua conduta e os seus vastos conhecimentos. Ao contrário do comum dos preceptores, não pretende remuneração, mas apenas “cama, comida e roupa lavada” (“por agora...”).

A partir do momento em que começa a haver portugueses que dominem as LVE, nos anúncios já não é expressamente exigido o ensino ministrado por nativos estrangeiros, mas dirigem-se a “qualquer individuo” que saiba falar bem essas línguas, como nos anúncios seguintes, publicados no periódico *O Grátis*:

Precisa-se de um individuo, que sabendo com perfeição a língua franceza, se encarregue da educação de alguns meninos; no escritório do Grátis se indicará a casa (7 de Janeiro de 1842);

moral” ou “exigem-se as melhores recomendações”. A exigência de uma conduta irrepreensível por parte dos professores e sobretudo das precetoras, seria provavelmente devida ao facto de se tratar de uma das poucas profissões aceite para mulheres e por as colocar em contacto próximo com a família contratante. Aos homens era igualmente exigida “uma conduta afiançada”. Para além desta, a partir da segunda metade do século XIX, a capacidade pedagógica passa a ser valorizada, sendo registadas em alguns anúncios frases como “homem de boa

Qualquer indivíduo que se achar nas circunstancias de ensinar o Inglez, Francez, dirija-se ao escritório do Gratis, onde se lhe indicará a casa (20 de Janeiro de 1842);

Precisa-se um Professor que saiba perfeitamente o idioma inglez para ensinar num collejio estabelecido nesta capital, quem se achar nas circunstancias queira deixar o seu nome e morada no Escritorio (24 de Janeiro de 1842).

6. Ensino colectivo

Para além do ensino doméstico, que, apesar das modificações sociais e pedagógicas, continuava a ser o que maior status conferia, existia ainda a possibilidade de serem os alunos, quase sempre formando um grupo, a deslocarem-se a casa do professor, em dia e hora combinados, para receberem lições. Tal modalidade ganhou fôlego sobretudo a partir de meados do século XIX. Tratava-se do ensino colectivo ou simultâneo. Verificam-se inúmeros casos em que o mesmo professor aceitava ocupar-se dos dois tipos de ensino, como é o caso dos “offerecimentos” seguintes, publicados em *O Periódico dos Pobres*:

Na rua dos Romulares, nº 11, 3º andar, estabeleceu-se huma aula, na qual se ensinão as linguas franceza, ingleza e as primeiras letras. O director he francez, e também dá lições das ditas linguas por casas particulares (nº 5, de 5 de Janeiro de 1841);

Hum amator das letras e das artes propõe-se a leccionar, ou por casas particulares ou na própria, desde as 4 da tarde até ás 8 horas da noute, o seguinte: as lingoas portugueza e latina, e as suas respectivas grammaticas, como também arithmetica e princípios elementares de musica: -quem pretender aproveitar o seu préstimo, falle na rua Augusta, loja nº 163, onde se prestarão os de mais esclarecimentos (nº 59, de 11 de Março de 1841);

Hum professor ensina o ensino (todo o primário a 1:200 réis, e o secundário e línguas vivas de 1:600 a 2:400 réis, indo a casa; quem quizer, dirija-se á rua das Pedras Negras, nº 14 -3º andar (nº 29, de 3 de Fevereiro de 1841).

Ao longo do século XIX, verificou-se a proliferação do número de colégios particulares e o advento da escola pública, que indiciavam as mudanças que iriam em breve ter lugar, tanto no cenário político como na evolução social do país, com inevitáveis reflexos na educação. Entre eles, estava a emergência da escolarização obrigatória que destituiria do lugar ocupado durante longo tempo a educação doméstica e seus principais agentes, os precetores e sobretudo as precetoras, embora o precetorado fosse resistindo como uma prática das elites do país, sobretudo no que dizia respeito à educação feminina. Os colégios particulares foram pois convivendo, durante o século XIX, com a escola pública. Muitas dessas instituições privadas, algumas de duração efémera e constituídas

por um só professor, foram crescendo a partir de meados do século XIX e eram frequentemente dirigidas por padres ou religiosas. É o caso deste anúncio, publicado em *O Periódico dos Pobres* no Porto a 17 e a 22 de Julho de 1841:

O Padre Jeronymo da Costa do Rosario tem dado princípio a um Collegio de educação moral e scientifica, encarregando-se dos estudos necessarios para a Universidade, continuando elle mesmo com as suas aulas de Latim e Philosophia, que ha anos ensina. Todos os Srs. que, bem informados, se dignarem confiar-lhe os seus Meninos para de dentro ou de fóra se aproveitarem de seu tal ou qual prestimo, a elle se podem dirigir na Praça de Sta Thereza nº 46.

Os colégios que foram abrindo, sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto, aceitavam geralmente alunos internos (“meninos de dentro”) e externos (“os de fora”) para além de semi-internos e dentro deste grupo, “com e sem collação”. Os preços eram obviamente diversos:

Na Batalha n.º 24 vai abrir-se hum Collegio para o ensino das Linguas –Portugueza, Latina e Franceza, de que he Director – João Augusto dos Campos Mozinho. A tabela dos preços para meninos de dentro he de 9\$600 mensaes, proporcionando-se-lhes todos os commodos. Para os de fora, pelo ensino do Portuguez ... \$360 Latim 1\$000 Francez \$960.0 Director espera merecer o acolhimento do Respeitavel publico (*Gratuito*, 10 e 13 de Outubro de 1840).

A justificação apresentada pelos pais, geralmente pertencentes à classe média alta, para a escolha do ensino em colégios particulares em vez do precetorado, está relacionada com o facto de seus filhos terem a possibilidade de seguir os estudos no exterior e, conseqüentemente, de alargarem as suas oportunidades no mercado de trabalho. Há contudo, embora em número reduzido, professores que desejam contribuir para a educação das classes mais humildes, com ensino de LVE, sobretudo o do Francês. Veja-se o anúncio que se segue, publicado na *Folha de Annuncios*, nº 40, de 8 de Julho de 1835, repetido várias vezes no mesmo mês. Foi por nós escolhido, porque pode ser encarado como um primeiro passo para a democratização do ensino das línguas (os pobres poderão frequentar gratuitamente as aulas do Professor L. Alfredo, logo que levem um atestado de pobreza passado pelo pároco).

O Professor da Lingua Franceza, L. Alfrêdo, avisa ao Publico, que ensina esta Lingua por casas particulares, bem como as primeiras Letras, e a Lingua Portugueza a Estrangeiros. O Professor desejando ser útil aos seus Concidadãos, ensina grátis, o Francez na sua Aula, rua de Santa Catharina nº 57 a todas as pessoas que lhe apresentem hum atestado do seu Parocho como são pobres.

Efectivamente, na imprensa, são inúmeros os “peditórios” de criados que falem francês ou inglês, como se vê no anúncio seguinte, publicado a 4 de Janeiro de 1842 no *Grátis – Jornal d’Annuncios e do Commercio*: “Precisa-se

de uma criada ou criado, que saiba falar o inglez e se souber também o francez melhor, dirija-se ao escritório do Gratis”.

Os anúncios colocados em periódicos aumentam em número ao longo de todo o período estudado, percebendo-se que tanto o ensino doméstico, como o ministrado em colégios, ou habitações dos professores foi sendo ampliado em quantidade de “clientes”, acompanhando a progressiva importância que a instrução vai adquirindo nesse período, como modo de conferir um estatuto de civilização e modernidade às crianças e jovens, mantendo-se porém como prioritária a preocupação com a formação do bom cidadão:

Na Aula da Rua das Congostas nº 27 e 28 – se continua a ensinar primeiras letras e outras disciplinas com todo o esmero, bem como a boa educação (sem a qual mais tarde um menino não pode ser bom catholico nem bom cidadão) com notorio aproveitamento dos numerosos alumnos que a tem frequentado. O Professor tambem vai a casas particulares (*O Gratuito* – Maio e Junho de 1842).

7. Mesmo nos colégios particulares... meninos para um lado... e meninas para outro...

Se, relativamente ao ensino doméstico, pusemos já em relevo as diferenças entre os objetivos da educação dos rapazes e a das raparigas e até os espaços onde cada um deles era mais comumente realizado, a publicidade vai-nos dando conta do florescimento de instituições particulares de diferentes géneros e desenvolvendo planos de estudo não coincidentes. Disso são exemplo os dois anúncios que se seguem, publicados em *O Periódico dos Pobres*, (nº 2, de 2 de Janeiro de 1841 e nº 3, de 4 de Janeiro de 1841). Verifica-se ainda a importância dada à língua francesa, como língua veicular.

O Lyceo Parisiense (Campo de Santa Anna, n.º 25) admite ainda alumnos internos, semi-internos e externos pelos preços já estipulados no seu programma; e espera continuar a merecer a honrosa reputação que tem sabido grangear pelos rápidos progressos que fazem os educandos, quer nos preparatórios para a Universidade, quer nos estudos relativos ao commercio, aprendendo, não menos, em poucos mezes, theorica e praticamente a lingua franceza, quer finalmente por huma disciplina collegial na qual poderá talvez ser igualado, mas nunca até hoje excedido –

N.B. A língua familiar deste collegio he exclusivamente a franceza.

Como se pode concluir do “aviso” seguinte, do “Gyneceo Parisiense”, um elemento importante para a escolha dos colégios era a sua localização. Havia uma preferência pelos estabelecimentos situados no centro das localidades. O conhecimento de línguas estrangeiras pelos jovens era visto como marca social de distinção, no sentido que lhe confere Pierre Bourdieu (2001). Ser escolarizado

7 — Tendo representado varios pais de familia á directora do Gynecéo Parisiense que o seu estabelecimento ficava algum tanto distante do centro da cidade, resolveo mudar o dito Pensionado do Paço do Thorel para a casa que foi da Assembléa Lusitana, (Rocio n.º 42) que faz tambem frente á praçada Figueira (entrada n.º 20), e á rua do Amparo; aonde se recebe afumios pelos seguintes preços mensaes adelantados: internas 12\$000, semi-internas 6\$000 réis, externas com collação 4\$000 réis, externas sem collação 2\$400 réis. Por estes preços razoaveis se ensina tudo o que pôde adornar qualquer joven bem educada, o que melhor se verá pelo programma que ahi se distribui. A musica porém, dança, e desenho se pagarão fóra a parte. *N. B.* A lingua franceza he a familiar do collegio.

Fig. 7. *O Periódico dos Pobres*, 3 e 4 de Janeiro de 1841

NO COLLEGIO de Educação de João Stuart Torrie; na rua do Paço ao Carregal n.º 58 e 59, continuão a ser admittidos EDUCANDOS Internos, e Externos, alli receberão toda a instrução civil e Religiosa necessaria a huma perfeita educação; aprendendo com especialidade Inglez, Francez, Latim, Grego, Arithmetica, Geografia, e Escrita. *Só são dias feriados Domingos, e dias de Guarda.*

Fig. 8

18 — Na travessa de João de Deos n.º 11, B, 1.º andar, se estabeleceu Margarida Cannongia, com collegio de educação de meninas, tanto pensionistas internas, como externas; tudo por preços commodos.

Fig. 9

em francês e/ou noutra LVE constituía ainda um instrumento para assegurar um ensino moderno e cosmopolita, existindo escolas especializadas no seu ensino, como se verifica no anúncio seguinte, publicado a 10 e a 13 de Outubro de 1840, no *Grátis – Jornal de Annuncios* da Typographia Commercial Portuense:

Na Batalha n.º 24 vai abrir-se hum Collegio para o ensino das Linguas – Portugueza, Latina e Franceza, de que he Director – João Augusto dos Campos Mozinho. A tabela dos preços para meninos de dentro he de 9\$600 mensaes, proporcionando-se-lhes todos os commodos. Para os de fora, pelo ensino do Portuguez \$360 Latim 1\$000 Francez \$960. O Director espera merecer o acolhimento do Respeitavel publico.

Neste anuncio, bem como no do “Gyneceo Parisiense” e nos acima transcritos, existem já referências explícitas a “educandos internos e externos”, de ambos os sexos, separados, obviamente). Apresentamos um deles, publicado em *O Annunciador Portuense*, nº 2, de 21 de Setembro e em 26 de Setembro de 1839):

Os colégios femininos admitiam apenas educandas, internas e externas, como está referido no anúncio publicado no *Periódico dos Pobres*, nº 9, de 11 de Janeiro de 1841.

Encontramos uma excepção relativa à mistura de sexos no anúncio publicado em *O Periódico dos Pobres*, nº 86, 14 de Abril de 1841. Tratava-se de um caso de “ensino especial”, a crianças surdas-mudas: “Quem precisar hum mestre para ensinar surdos-mudos meninos e meninas a ler, escrever e contar, desenho, esgrima e dança &&& por preço commodo, pode dirigir-se á rua de S. Roque, nº 43, 3º andar”.

8. Dos “avisos” aos anúncios

A partir de finais do século XIX, a publicidade toma novo rumo e, obviamente, os anúncios a toda a espécie de produtos e serviços ganham novos

formatos, abandonando a simplicidade que anteriormente os caracterizava. O mesmo sucede com escolas e colégios. Os anúncios alongam-se em tamanho de texto e de prestação de informação e com frequência passam a recorrer a pequenos desenhos de adorno e ao jogo com o tamanho das letras. Divulgam ainda os nomes dos directores, os serviços que oferecem (preocupação com a higiene, dormitório individual, edifício magnífico, vastíssimo jardim), as comodidades, bem como as qualidades dos docentes, as disciplinas que leccionam e os métodos que utilizam na aprendizagem: “método intuitivo e directo” (“lições de coisas”), “método Holzer’s”, “aulas de conversação”, “professores das nacionalidades”, “hábil e afamado polyglota”.

9. O ambiente escolar da época estudada e as modalidades pedagógicas

Não é fácil definir uma metodologia única para o ensino das LVE nos séculos XVIII, XIX e início do XX. Tudo dependia das modalidades de ensino adoptadas pelos alunos e suas famílias e estas relacionavam-se com o ambiente escolar em que decorriam. No caso do “Lyceo Parisiense” e do “Gyneceo Parisiense” está afirmado que “A língua familiar destes collegios he exclusivamente a franceza”. Estamos próximos do que se conhece como “método natural”, em imersão social, embora seja feita referência no primeiro anúncio ao conhecimento “theorico” da língua. Mas o “método natural”, mais comunicativo, era sem dúvida o do regime de preceptorado, em que a LVE era usada nas interações quotidianas entre o preceptor e os alunos.

9.1. O Ensino Simultâneo

A partir dos anos 50 do século XIX, o modo recomendado para as “escolas públicas” de Instrução Primária era o «método simultâneo». Um modo assente na divisão dos alunos em grupos com o mesmo grau de instrução.



Fig. 11



Fig. 12

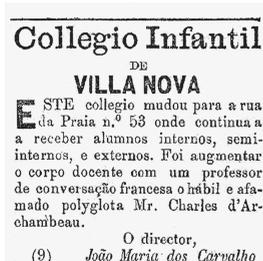


Fig. 13



Fig. 14

O mestre ministrava pessoalmente e em cada tempo o ensino a todos os discípulos de cada divisão (ou classe); em simultâneo, os grupos das outras classes estavam ocupados com um trabalho pré-orientado pelo professor. Este sistema era validado para uma escola com 50 a 100 alunos .

9.2. O Método Intuitivo

O método intuitivo, também chamado de ‘Lições de Coisas’, tem suas bases na doutrina de Pestalozzi e vem apresentar-se como uma alternativa à metodologia abstrata do ensino, e à própria organização escolar existente. A Lição de Coisas podia ser dirigida a todo um grupo ou revestir a forma de ensino simultâneo. A escola republicana procurou difundir o método intuitivo (assim chamado porque dava grande importância à intuição, à observação, à experiência através dos sentidos. Para além destas, tal método privilegiava a aprendizagem através da ilustração e do desenho. Desta forma, a imagem, que deveria provocar o efeito do real, tornou-se tão importante quanto o texto nos manuais, que passaram a apresentar cada vez mais ilustrações, o que veio facilitar na aprendizagem das LVE o afastamento do recurso à Língua Materna, permitindo que os processos indirectos de acesso ao sentido fossem reduzidos e o método directo se impusesse. Tal facto contribuiu ainda para um avanço assinalável no mercado de trabalho para artistas (muitos dos quais até então só trabalhavam em jornais e revistas), bem como para um enriquecimento dos cânones publicitários.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Helena. 2000. *Pioneiras na educação, as professoras primárias na viragem do século 1870-1933*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- GERMAIN, Claude. 1993. *Evolution de l'enseignement des langues: 5000 ans d'histoire*. Paris: Clé International.
- CINTRA TORRES, Eduardo. 2006. *Anúncios à lupa – Ler publicidade*. Lisboa: Ed. Bizâncio.
- GOUREVICH, Jean-Paul. *Petite chronologie de la littérature de jeunesse 1529-1963*. Disponível em: http://jean_paul.gourevitch.perso.sfr.fr/enfant/chronologie.html
- PUREN, Christian. 1988. *Histoire des methodologies de l' enseignement des langues*. Paris: Nathan.
- PUREN, Christian. 1989. “Histoire et formation en didactique des langues étrangères: quelques réflexions prospective”, *Etudes de Linguistique Appliquée*. 75: 109-112.
- SALEMA, Maria José. 1993. *A didáctica das línguas vivas e o ensino do francês nos liceus portugueses na viragem do século: o período de 1894 a 1910*. Tese de Doutoramento na Área de Linguística Francesa. Braga: Universidade Minho.
- TENGARRINHA, José. 1989. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Ed. Caminho.
- VÁRIOS (1875) “Editorial”, A instrução pública, Rio de Janeiro.